



Ciência & Saúde Coletiva

ISSN: 1413-8123

cecilia@claves.fiocruz.br

Associação Brasileira de Pós-Graduação em
Saúde Coletiva
Brasil

Gouveia, Nelson; Carvalho de Miranda, Ary
Rio+20: (In) Sustentabilidade e Saúde Coletiva
Ciência & Saúde Coletiva, vol. 17, núm. 6, junio, 2012, p. 1384
Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63023390001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Rio+20: (In)Sustentabilidade e Saúde Coletiva

Passados 20 anos da Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92 ou Cúpula da Terra, somos novamente anfitriões de um dos mais importantes encontros internacionais em busca do tão propalado “desenvolvimento sustentável”, expressão que se tornou popular, mas que até hoje permite diferentes compreensões sobre seu real significado. Desde então, quando importantes negociações que visavam proteger os ecossistemas foram acordadas – como a Convenção do Clima e da Biodiversidade, assim como a instituição da Agenda 21 – a crise socioambiental se agravou. Nesse contexto, este número da revista Ciência e Saúde Coletiva vem trazer a contribuição de diversos saberes disciplinares do nosso campo aos debates da Rio+20.

Cabe, então, no âmbito deste evento, chamar a atenção para a importância que a saúde deve ter nesse debate, uma vez que as repercussões negativas na saúde estão cada vez mais associadas à crise socioambiental. O sofrimento humano imposto pelos efeitos das mudanças climáticas como secas, enchentes e deslizamentos, o ressurgimento de doenças infectocontagiosas, a insegurança alimentar, assim como a exposição química dos trabalhadores e da população em geral, decorrente do uso intensivo e extensivo de fertilizantes químicos e agrotóxicos, são exemplos desses impactos. Associados a estes fenômenos estão a contínua des-territorialização de populações e o assassinato de lideranças que defendem a preservação dos modos de vida das comunidades tradicionais, no campo e nas florestas, em função dos interesses do capital, que dominam o nosso modelo econômico.

Entretanto, apesar de ser a saúde indissociável de qualquer tentativa que vise o desenvolvimento sustentável, a pauta de negociações em busca de soluções para a crise socioambiental tem sido dominada por mecanismos econômicos, sem considerar o significado da vida humana. Um dos temas centrais da Rio+20 é a chamada “economia verde”, ou seja, aquela com baixa emissão de carbono. De maneira semelhante à criação dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), e da consequente criação de um mercado de carbono, essas iniciativas buscam atenuar a pressão que exercemos sobre o planeta, mas sem de fato enfrentar as causas estruturais do problema, que são os modos de produção e de consumo típicos da lógica capitalista. Ao contrário, suas insígnias buscam preservar a forma de dominação do capital transnacional, sustentado por seus Estados Nacionais.

A ciência, de modo geral, tem se alinhado a esse pensamento hegemônico, buscando apenas atenuar o impacto da ação humana sobre os ecossistemas, enquanto sustenta a dominação capitalista. A literatura científica nos últimos 30 anos mostra como os termos “estratégias de mitigação” associados com “mudanças climáticas” vêm aparecendo cada vez com mais frequência: nenhuma citação entre 1981-1990, 89 citações entre 1991-2000 e 618 citações entre 2001-2010.

Estamos, portanto, diante de dois caminhos, com lógicas e interesses distintos e contraditórios, para o enfrentamento da crise socioambiental que serão confrontados na Rio+20: o da economia verde, pauta dos fóruns oficiais, que lapida a mercantilização da natureza através da constituição de novos mercados – como o do carbono –, tendo no capitalismo a solução para a crise imposta pelo próprio capital; e de outro a pauta da Cúpula dos Povos, a qual o GT Saúde e Ambiente da Abrasco se alinha, que ocorrerá paralelamente ao evento oficial e que está ancorada na construção de uma sociedade baseada na economia solidária e na agroecologia, que busca preservar a natureza como um bem comum. Entendemos que este segundo caminho só poderá ser desenhado a partir da articulação das lutas sociais dos trabalhadores urbanos, dos coletivos feministas, de ambientalistas, de populações atingidas por riscos ambientais, dos povos tradicionais e étnicos, apoiados por uma “ciência cidadã”, pautada em valores e métodos sintonizados com esses movimentos. A configuração deste desenho é nosso maior desafio.

Nelson Gouveia, Ary Carvalho de Miranda

Editores convidados